

A CENTRALIDADE INTRAURBANA DE BARRA DO GARÇAS-MT: INICIANDO UM DEBATE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA CENTRALIDADE INDUZIDAⁱ

Pollyany Pereira Martins¹
Fernando Luiz Araújo Sobrinho²

Resumo: O texto aborda a circunstância da centralidade urbana de Barra do Garças- MT, na escala do intraurbano e em relação com o interurbano. Objetiva-se, portanto, manifestar a ideia de centralidade induzida como uma proposição conceitual de análise, uma expressão de conformidade para a realidade empírica desta cidade no seu contexto regional. Barra do Garças é classificada como uma cidade média pela sua funcionalidade urbana numa região produtiva do agronegócio, e pela sua conjuntura espacial da rede urbana de Arranjo Populacional (IBGE, 2018), localizada entre duas unidades da federação, Mato Grosso e Goiás. A pesquisa é de natureza qualitativa, e para a discussão da proposição, percorremos caminhos metodológicos com revisão de literatura, entrevista informal, acesso a materiais históricos disponíveis (textos e fotografias), disponíveis no Instituto Malba Varjão. Essa enunciação de centralidade induzida é compreendida como um tipo de centralidade que passou por intensa e planejada ação de diversos agentes, que estiveram sob constante mediação de interesses hegemônicos nacionais e internacionais para a própria reprodução do capital.

Palavras-chaves: Barra do Garças; Centralidade induzida; Intraurbano; Interurbano.

THE INTRAURBAN CENTRALITY OF BARRA DO GARÇAS-MT: INITIATING A DEBATE FROM THE PERSPECTIVE OF INDUCED CENTRALITY

Abstract: The text talks about the circumstances of the urban centrality of Barra do Garças-MT, on the intra-urban scale and in relation to the inter-urban. Therefore, the aim is to express the idea of induced centrality as a conceptual proposition of analysis, an expression of conformity to the empirical reality of this city in its regional context. Barra do Garças is classified as a medium-sized city due to its urban functionality in a productive agribusiness region and, due to its spatial context of the urban network of Population Arrangement (IBGE, 2018), located between two states of the federation, Mato Grosso and Goiás. The research is of a qualitative nature, and to discuss the proposition, we followed methodological paths with a literature review, informal interviews, and access to available historical materials (texts and photographs), available at the Malba Varjão Institute. This enunciation of induced centrality is understood as a type of centrality that underwent intense and planned action by several agents, who were under constant mediation of national and international hegemonic interests for the reproduction of capital itself.

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Email: martinsgeo@yahoo.com.br

² Professor associado IV da Universidade de Brasília (UnB). Email: flasobrinho@gmail.com

Keywords: Barra do Garças; Induced centrality; Intraurban; Interurban.

INTRODUÇÃO

O texto apresenta estudo qualitativo vinculado a pesquisa de doutorado que discute a sub-rede urbana na mesorregião nordeste de Mato Grosso, a qual tem como cidade média polarizadora Barra do Garças. No decorrer do artigo, a concepção de centralidade induzida aparece como uma inquietude do atual quadro epistemológico sobre os estudos da rede urbana.

A centralidade, seja na escala intraurbana, ou na interurbana, compõe-se da dimensão de fluxos que são condicionados pelo modo como as atividades econômicas se organizam espacialmente, e são produzidas pela ordem da divisão territorial e social do trabalho, bem como pela modernização tecnológica dos meios de produção. Esses elementos são atribuídos a forma como o sistema econômico vigente opera sua contínua reprodução no espaço geográfico, ocasionando, para análise da centralidade da cidade, a redefinição dos centros para a espacialização das especializações no espaço urbano, de um lado, e maiores possibilidades de consumo e concentração do capital, de outro.

Assim, depreendemos que a dispersão de centros urbanos assegura a lógica da reprodução do capital, que se projeta por intermédio de centralizações que se tornam impulsoras de novas áreas, a partir das relações centro-periferia no espaço da cidade. Cabe então refletir e colocar em discussão, se a produção ou criação de centralidade por grupos e agentes sociais são determinadas dentro de um contexto dialético por induções. Seria possível pensar em centralidade induzida para algumas situações de cidades e sua respectiva influência regional?

Partindo de convicções Lefebvrianas, entendemos que a centralidade é originária da forma urbana, e embora coexista e se componha no centro enquanto localização de uma área específica na cidade, faz-se de modo diferente. Enquanto um componente do fenômeno urbano e da morfologia da cidade, o centro produz-se em um ponto específico, podendo expandir espacialmente dentro de um contexto temporal, criando diferentes centralidades intraurbanas.

Um recorte terminológico interessante é apresentado por Vasconcelos (2012, p. 531), após ler explicações da geógrafa Jacqueline Beaujeu-Garnier em torno da noção de “centralidade” e “centro”. Em sua interpretação o centro é visto não como um ponto, mas como um lugar em que extensão e importância relativa variam conforme condições específicas. Para o autor, é somente no período pós Segunda Guerra que os avanços nos estudos urbanos foram maiores, vindo posteriormente estes estudos a serem desenvolvidos pelas correntes teórica e crítica.

É pela corrente crítica que Santos (2012) busca, dentro de uma ordem metodológica tecer considerações a respeito da organização urbana e redes. E, a priori, já apresenta pareceres de que numa escala de grande país ou continente, as redes urbanas estariam mal ligadas entre si. Ao falar sobre a hierarquia urbana descrevendo sua gênese e limite, o autor deixa claro que a revolução dos transportes possibilitou quebrar a rigidez antes existentes pela hierarquia urbana que condicionava as condições naturais, deixando explícito as condições de tempo-espaço dos centros de rede, que são condicionados por uma estrutura social.

No entanto, temos como principal objetivo colocar em discussão a proposição conceitual de centralidade induzida apresentando as condições específicas da cidade de Barra do Garças-MT. Nesse percurso foram elencados elementos de cunho político e econômico, além dos espaciais e temporais que caracterizam esse tipo de composição de centralidade urbana.

Essa enunciação deve ser entendida como sendo um tipo de centralidade que passou por intensa e planejada ação de diversos agentes, os quais estiveram sob constante mediação de interesses hegemônicos nacionais e internacionais. Bem como, de agentes públicos que asseguraram infraestruturas territoriais por meio de políticas de desenvolvimento, tanto nacionais como regionais, garantindo benefícios para a aquisição de propriedades fundiárias, tanto no espaço da cidade quanto no campo. Desse modo, a centralidade parte de uma indução significativa para sua produção, que é antes de tudo social, porém movido por interesses políticos e, principalmente, econômicos.

A centralidade caracteriza-se como sendo propulsora do movimento urbano, ou seja, é o processo de materialização do evento urbano sobre uma expressão territorial que é o centro, ou os subcentros da cidade. Os fluxos e fluidez são componentes essenciais que sustentam as duas escalas de centralidade sendo: intraurbana, que diz respeito ao espaço interno da cidade; e interurbana que se refere à disposição dessa centralidade para um recorte espacial maior, abrangendo uma região, numa articulação com outras cidades menores dentro de um sistema de rede urbana. Sendo assim, nos arriscamos a apresentar uma discussão conceitual que possibilite pensar uma nova proposição, a de centralidade induzida.

A ideia de complemento conceitual, ou mesmo, nova expressão posta em discussão, parte da concepção de que a centralidade seria criada e reforçada por indução, o que asseguraria centralidades construídas por diferentes determinações. Em princípio, poderia ser analisado na escala da centralidade interurbana em três situações³: a) expansão territorial do mercado; b) planejamento e ordenamento produtivo; c) política interna de especialização dos setores da economia.

Os caminhos que trouxeram a essa proposição analítica partem de uma releitura conceitual, bem como do contexto histórico de formação e gestão do núcleo urbano de Barra do Garças-MT, seguido da criação de uma articulação regional em escala mesorregional. Tal quadro, foi promovido de forma significativa por ações estatais e privadas, as quais asseguraram um modelo de desenvolvimento regional voltado especificamente para a modernização das atividades do agronegócio, bem como, comércio, serviços e indústrias correlacionadas ao setor.

Esses arranjos territoriais passaram a ser uma condição do processo de urbanização que se sustentou pelas políticas de produção dos centros urbanos brasileiros e do desempenho de cidades médias em prol de um crescimento econômico. As políticas estatais e de governo são na visão de Bernardes (2023)⁴, frentes essenciais na composição de centralidades, uma vez que o mercado imobiliário sozinho dificilmente conseguiria na criação de uma centralidade, funcionar de forma adequada.

No decorrer do texto aparecem classificações tipológica dos elementos determinantes de centralidades urbanas sendo: atividades agropecuárias, industrialização e urbanização entendidos como fatores sociais e históricos; já os fatores geográficos têm como elementos: o território e a localização; o fator político compõe-se de: políticas públicas e estratégias geopolíticas; e por fim, o fator econômico tem como elemento: sistema econômico ou de produção.

Poderia ser elencado outros fatores desencadeadores do que denominamos de elementos indutores. Porém, para iniciar uma discussão a esse respeito, recorreremos apenas a estes, de modo que seja suscitado inquietações e reflexões

⁴ Cláudio Bernardes, vice-presidente do Secovi-SP, diz que: “Apesar de ter uma função importante dentro do desenvolvimento de uma cidade, o mercado imobiliário não é, de forma solitária, responsável pela indução desse processo” (Estadão, 2023, p. 1)

para o aprimoramento e surgimento de novos argumentos sobre a influência das cidades médias asseguradas pela(s) centralidade(s) regionais e/ou interurbanas.

O texto está organizado em três seções e as considerações finais. Na primeira seção desenvolveu-se uma releitura conceitual de centralidade e das suas manifestações escalares. Depois é apresentado um pouco da constituição da centralidade de Barra do Garças num contexto de espacialização e temporalidade histórica, tanto no aspecto intraurbano como interurbano. E por fim, a última seção traz uma abordagem empírica sobre a concentração dos fixos e a mediação dos fluxos na configuração da área central, enquanto atributo da centralidade intraurbana e interurbana.

A CIDADE E SUAS ESCALAS DE CENTRALIDADE

A cidade “centraliza as criações” (Lefebvre, 2001 p.111). Nela tudo que é pensado, criado e, portanto, materializado pelo trabalho na sua relação humana com a própria natureza, é atraído e concentrado. A presença do mercado é expressiva e ocorre em diversas escalas, do local ao global, em que todas as atividades produtivas, sejam elas culturais, econômicas, políticas são agrupadas e setorizadas, apresentando especialização no centro urbano.

Logo, a cidade, mediada pelas ações sociais, constrói seu núcleo de acontecimentos e vivências cidadina. O que o autor citado traz é a condição pela qual se cria a situação urbana assentada pela forma dos centros e centralidade urbana, vista enquanto uma tendência espaço-temporal. Isto porque a centralidade se firma pelos distintos modos de produção, diferentes relações de produção, e nitidamente com a presença ostensiva ou não do Estado, sendo as vezes um ator que assegura a repressão do acontecer cotidiano, uma vez que:

Atrás da aparência e sob transparência, empreendimentos são tramados, potências ocultas atuam, sem contar os poderes ostensivos, como a riqueza e a política. Até nova ordem, ao urbano nunca falta um lado repressivo, que provém do que nele se esconde, assim como a vontade de manter os dramas velados (Lefebvre, 2001 p. 113).

Nessa trama de produção social do espaço da cidade, há os interesses predominantes de uma elite que condiciona os modelos de uso do solo urbano a partir de apropriação privada da terra e dos estabelecimentos provedores do consumo e, portanto, dos deslocamentos que asseguram os fluxos. Assim, o tecido urbano toma formas e conteúdos que estão diretamente associados a objetivos que assegurem uma reprodução do capital, que ocorre por meio de atores como: imobiliárias, proprietários fundiários, construtores, comerciantes, prestadores de serviços especializados, donos de indústrias, e agentes do poder público. Uma vez que, para se “realizar a acumulação do capital, é necessário que haja a mediação, por parte do poder público, na constituição/implementação de infraestruturas que possibilitem as relações capitalistas” (Silva, 2001, p.113).

Embora o fazer cotidiano por meio do trabalho social produza as atividades ofertadas pelas cidades no seu contexto urbano, operacionalizando o dinamismo do comércio, serviços diversos, lazeres, e a própria produção da indústria, é a força e poder da sociedade política que perpetua sobre as decisões que são diretamente refletidas na estrutura e reestruturação do urbano. Tais atuações determinam níveis de centralidades diferentes que não se fazem apenas a extensão do tecido intraurbano de maior especialização, estende-se para uma dimensão regional

estabelecendo graus de maior ou menor centralidade numa hierarquia de cidades a qual vão compondo sub-redes ou redes urbanas nas suas múltiplas escalas.

Isto porque a centralidade é um processo dialético que se manifesta pela necessidade de concentração numa dinâmica que se compõem por pares opostos concentração/dispersão de pessoas, produtos e capitais. Nesse viés conceitual de estruturação urbana, o autor anteriormente citado afirma que:

A estruturação urbana deve ser entendida enquanto processo de modificação contínua das estruturas urbanas, sendo estas, apenas recortes temporais dessa dinâmica. A produção e (re)produção do espaço urbano se faz de forma coletiva, mas sua apropriação se faz de forma privada onde ocorre o consumo do/no espaço, com caráter seletivo (Silva, 2001, p. 111).

A centralidade interurbana se dá pela conjuntura e níveis do centro principal de uma cidade e dos seus subcentros. É a partir da funcionalidade exercida perante necessidades dessa sociedade ou por interesses de grupos políticos ou de capitalistas locais, representados por comerciantes, produtores rurais da “moderna agricultura” (responsáveis pela garantia das *commodities* destinada à exportação), e pelos donos das indústrias instaladas ou a serem instaladas, que a centralidade se intensifica condicionada por forças indutoras. Ou em caso contrário, perde seu dinamismo ao tempo que enfraquece as especializações provenientes de modernizações tecnológicas e as relações que se criam entre os dois circuitos da economia urbana (Santos, 2008, p.93).

As redefinições de centralidade interurbanas ocorrem do mesmo modo que as intraurbanas, porém, por abranger uma extensão territorial para a ocorrência de fluxos muito maiores, e por depender de forma abrangente de decisões voltadas para a gestão dos territórios, de modo a garantir uma melhor divisão territorial do trabalho e acesso com menor custo de tempo e deslocamento, elas se tornam mais lentas numa escala temporal.

Bueno (2016, p.7), ao escrever sobre a centralidade interurbana assegura que “o debate da centralidade requer a análise da acessibilidade aos equipamentos e aos serviços urbanos, o que permite vislumbrar a lógica das localizações presentes nos deslocamentos das pessoas por meio de transporte individual ou coletivo”. O autor também afirma que a globalização é um fenômeno que condicionou novas dinâmicas para as cidades, as quais passaram por redimensionamentos.

As (re)definições das formas e estruturação espacial do tecido urbano ocorre ao mesmo tempo em que as comunicações também se aperfeiçoam, garantindo além das conexões imateriais, uma sensação de “encurtamento” das distâncias pelas facilidades de circulação e menor tempo gasto ofertado pelas vias de circulação material, assegurando maiores

possibilidades de conexões múltiplas entre as urbes de diferentes dimensões (populacional, econômica etc.) [...] as complexidades das interconexões citadinas ensejam a construção e reconstrução de territórios na rede urbana, potencializando o processo construtivo da centralidade intraurbana (Bueno, 2016, p.8).

Dessa maneira, a centralidade interurbana ocorre a partir da atração que uma determinada cidade exerce através da oferta de serviços diversos e atividades comerciais, proporcionando deslocamentos diários ou constantes de população de áreas adjacentes ou municipalidades circunvizinhas. Por haver centralidades em

dimensões diferentes na rede urbana, ocorrerá a interação de centralidades pelos fluxos que se tornam permanentes entre elas, pela necessidade da troca e do consumo.

Assim, as reestruturações urbanas se dão ao mesmo tempo das reestruturações regionais, pois, a cidade atualmente se projeta para atender as exigências que são postas pelas modernas atividades do campo, induzindo uma produção do espaço da cidade que tende a oferecer maior

especialização funcional pela oferta de um determinado serviço por uma cidade ou por uma fração espacial, **o que** acaba por dinamizar os deslocamentos de pessoas, mercadorias e informações, quer na escala intraurbana, quer na interurbana (Bueno, 2016 p. 12 grifos nosso).

Para Mello et al (2016 p. 3), “sob o enfoque conjuntural, centralidades resultam da interação de ações e projetos e do jogo de interesses dos elementos que interagem no espaço da cidade”. Esse processo de integração e desenvolvimento conduziu as articulações territoriais e regionais na medida em que a urbanização se colocava como elemento de impulsão das atividades a serem geridas na/e a partir das cidades enquanto centros de decisões e poderes, “uma realidade em processo permanente de transformações” (Santos, 2005, p. 56).

Ao apresentar a situação geográfica como fonte analítica, Silveira (1999, p. 27) acredita que a “situação permitir-nos-ia encontrar as mediações entre o mundo, seus eventos e a vida nos lugares”. Assim, as centralidades interurbanas na formação da rede urbana regional são resultantes das condições como o centro urbano está sendo constantemente alterado. Essas alterações estão representadas pelos eventos organizacionais. A centralidade induzida é resultante de ações conjuntas na produção do espaço.

Essa produção do espaço e de centralidade é resultante de concentrações materiais que compõe os sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2005), produzidas sobre o território por grupos sociais em diferentes épocas. Todavia, essa produção do espaço geográfico não se faz igual, principalmente, entre centros urbanos e suas constituições do espaço intraurbano. Mais desigual ainda, são as configurações urbana na escala interurbana, ou, como alguns preferem, na escala regional. Esse processo da/na cidade “reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho” (Sposito, 1988, p.77).

Na produção do espaço da cidade, a centralidade no seu processo de construção, torna-se o componente urbano gerador de hierarquia e, portanto, estabelece desigualdades visíveis na expansão desse espaço, nas suas construções materiais referindo-se a edificações, e sobretudo sociais. O conteúdo é sustentação da centralidade intra ou interurbana, se este desaparece, esvazia-se o espaço e, portanto, cria-se o espaço das raridades.

Oliveira Júnior (2011, p. 70) ao falar de novas expressões de centralidades em cidades médias, assenta suas discussões nos conceitos defendidos por Sposito (1991 e 2001) referente as centralidades múltiplas (novos centros) e centralidade cambiante (diferentes horários e dias da semana em que ocorre concentração e circulação nos espaços na realidade intraurbana). As análises realizadas pelo autor sobre a transcendência da centralidade para o plano interurbano complementam o discurso abordado nesse texto, ao afirmar que a multiplicação de centralidades no espaço da cidade condiciona processos de reafirmação da centralidade de cidades

na rede urbana. Haja vista que, quanto mais diverso for a centralidade intraurbana, mais se elevará a dimensão de centralidade na escala do interurbana.

Neste caso, o papel do subsistema político está em modificar um modelo já posto de produção, consumo e distribuição de recursos. Para Santos (2005),

a forma como o Estado se comporta em cada um desses domínios conduz a um resultado diferente no tocante à organização do espaço nacional. O próprio Estado age seletivamente em relação aos diversos atores da economia, do mesmo modo que a ele se devem as orientações primordiais no domínio da cultura e as possibilidades, maiores ou menores de manifestação ideológica. Além disso, através da repartição das infraestruturas no espaço nacional e pela escolha daquelas que beneficiam um determinado setor da produção e da população, a instância política está decidindo, consciente ou inconscientemente, a localização das empresas, das instituições e dos homens, segundo características específicas, sobre o espaço nacional (Santos, 2005, p. 67)

As cidades na hierarquia de rede atuam ao mesmo tempo enquanto centros de distribuição e de drenagem de lucros por meio dos fluxos, contribuindo com a reprodução do capital.

COMPOSIÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL DA CENTRALIDADE DE BARRA DO GARÇAS-MT

Analisamos o desenvolvimento da centralidade da cidade de Barra do Garças a partir do seu processo histórico e econômico de formação, e dentro de um contexto de crescimento urbano, tanto populacional, conforme trazido por (HASSENPFUG, 2007), como da extensão da malha urbana (mapa 1).

Este percurso possibilitou maior compreensão sobre a atuação de atores na estruturação e reestruturação da centralidade que ultrapassa o limite da escala intraurbana, mas que tem gênese de centralidade a partir do seu centro, ou centros em expansão, ao consideramos a atual configuração territorial da cidade.

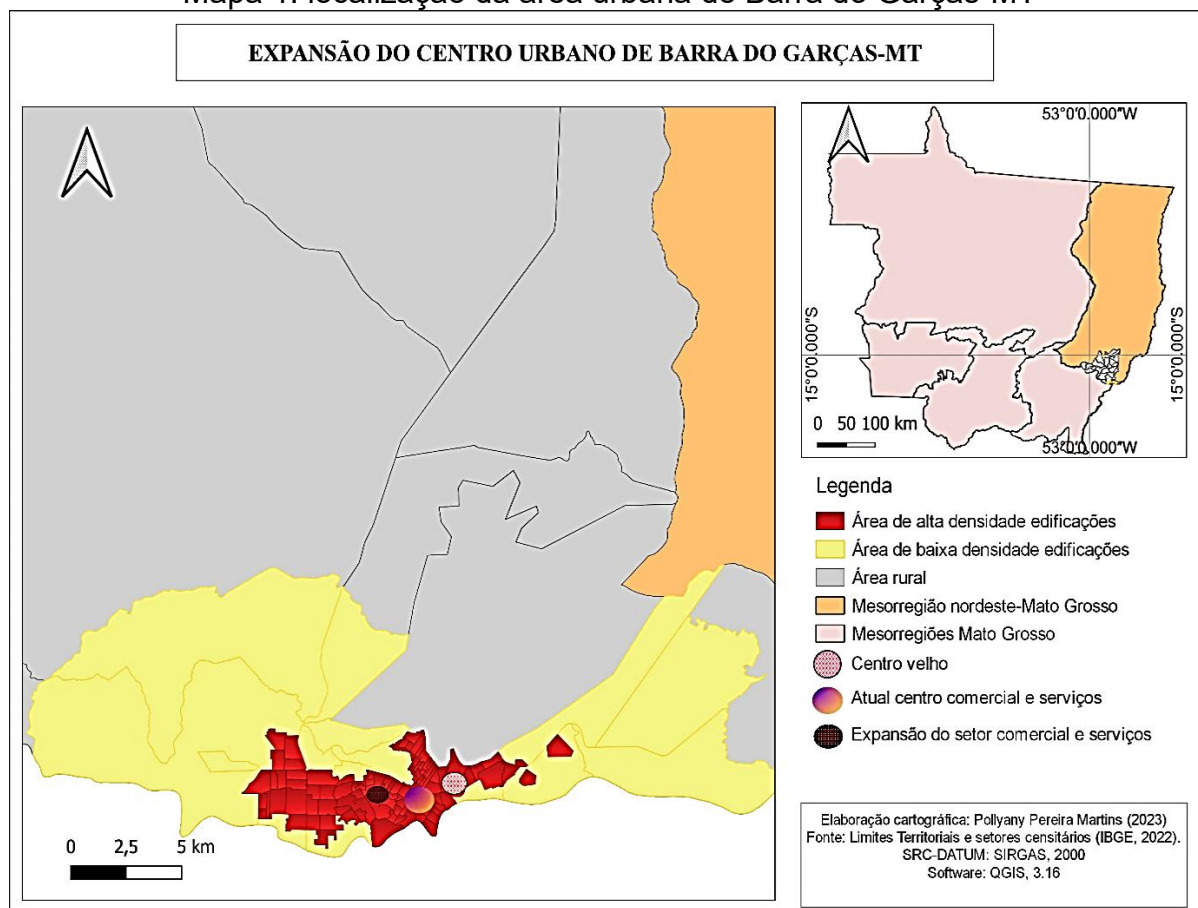
Com a representação cartográfica, analisamos a localização do tecido urbano e a direção da (re)produção do centro comercial e de serviços. Importante ressaltar que o centro “velho”, como popularmente referenciado ou primaz, não perdeu sua centralidade, os edifícios e infraestruturas foram sendo projetados conforme exigências do dinamismo atual. A modificação está relacionada aos usos comerciais, hoje voltados ao lazer, alimentação, pousada, e um estilo boêmio, principalmente para turistas, embora, ainda mantendo o uso residencial.

Sendo assim, numa lógica de acessibilidade e de expansão do uso da terra urbana, o atual centro comercial de Barra do Garças constituiu-se pela necessidade de “dispersão de atividades para outras localizações” (Bueno, 2016, p. 8). O que assegurou uma centralização de lojas de vestuários, material de construção, farmácias, supermercados, hotéis, sorveterias, lojas de caça e pesca, papelaria, cosméticos e acessórios estéticos, lojas de eletrodomésticos, utilidades domésticas, artesanatos, restaurantes, agências bancárias, escritórios de contabilidade, advocacia etc., especificamente na principal via da cidade, a avenida Ministro João Alberto (BR-158) e seu entorno.

A construção social do espaço urbano é constante, e com isso, uma nova expansão do setor comercial e de serviços é observada no tecido urbano de Barra

do Garças. Empresas que requerem áreas maiores e são politicamente influenciadas a se instalarem no sentido do crescimento do tecido urbano da cidade, hoje estão localizadas ao longo da BR-070 (sobreposta a BR-158). De modo a atrair centralização para essa nova área, estabelecimentos foram construídos ou espaços foram cedidos, como: novas instalações do terminal rodoviário, Instituto Federal de Mato Grosso, Universidade Federal de Mato Grosso, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Instalações da Secretaria de Fazenda (SEFAZ), Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-MT).

Mapa 1. localização da área urbana de Barra do Garças-MT



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Entretanto, as empresas como a distribuidora Coca-Cola, prestadoras de serviços agrícolas e venda de maquinários e tratores, mecânica de caminhões e ônibus, rede de atacado-varejistas, redes de concessionárias de veículos, Barra Center Shopping, dentre outros, são componentes que mais atraem outros tipos de comércio relacionados a estas atividades presentes numa cidade média em região de predomínio de atividades do agronegócio. Dessa maneira, o plano diretor urbano aparece como elemento que assegura a organização desses espaços de forma intencional, garantindo zoneamentos espaciais na cidade, configurando-a territorialmente mediante processos de (re)estruturação urbano que se dão devido a uma crescente especialização das atividades terciárias.

A centralização é uma estratégia de desenvolvimento urbano, vinculado a um modelo pós-fordista de organização do espaço urbano, por isso entendido como um produto de mercado guiado pelo capitalismo industrial. Há, portanto, numa situação de processos sociais e organização espacial,

[...] um elemento mediador, que viabiliza que os processos sociais originem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço. Este elemento viabilizador constituiu-se em um conjunto de forças que atuam ao longo do tempo e que permitem localizações, realocações, e permanências das atividades e população sobre o espaço urbano (Corrêa, 2010, p.122).

Nessas condições, a centralidade é criada por intermédio de forças indutoras, as quais tornam-se uma característica para o contexto da cidade de Barra do Garças, no estado de Mato Grosso. As ações que orientaram a estruturação da cidade foram projetadas por atores diversos, e com significativa expressão a partir dos anos 1970 a 2000, e em um segundo momento entre os anos 2000 até os dias de hoje. Esse recorte é feito de modo a atender uma linha de entendimento de que as lógicas de integração regional se assentaram em um período que antecede ao ápice da globalização mundial, e outro que se (re)estrutura pela força desse processo criado para atender as demandas do sistema capitalista.

Inferimos que os espaços se encontram totalmente articulados quando, sobre o território, fixos e fluxos se compõem em arranjos que garantam conexões de dimensões escalares, uma vez que, sem eixos de escoamento, de circulação e comunicação, haverá espaços de pouquíssima participação na rede urbana. Por outro lado, o sistema econômico mediante necessidade e/ou por garantia de mercado sobre uma determinada área isolada, cria as condições para transpor qualquer barreira física; garantindo que seja implantado infraestruturas e vias técnicas de conexão numa recomposição da rede urbana, e das centralidades existentes.

Assim, a composição da centralidade de Barra do Garças tem início com o primeiro arranjo central do núcleo urbano que se dinamiza com a tomada de decisão de encampação da sede do município de Araguaiana-MT (primeiro município criado no Leste Mato-grossense, integrado a divisão mesorregional nordeste). A mudança de sede ocorre assegurada pela lei nº 121, de 15 de junho de 1948⁵, durante a gestão do primeiro prefeito Antônio Paulo Costa Bilego. Dois fatores são apresentados como condição da encampação, sendo: apesar de administrar o município de Araguaiana na época, Antônio Bilego, mantinha residência e comércio em Barra do Garças (até então, distrito da primeira cidade). A segunda condição deve-se a atuação da Fundação Brasil Central (FBC), à margem direita do rio Araguaia, na cidade de Aragarças-GO, instituição criada pelo Estado para a integração territorial entre o Centro-sul e o Norte do Brasil.

Tais proposições são confirmadas em entrevista realizada por Couto (2013, p. s/p), e publicada em site de notícia;

“A decisão de Antônio Bilego causou insatisfação para algumas pessoas em Araguaiana, porém ele foi orientado pelo governador de Mato Grosso na época a tomar essa decisão e o legislativo lhe apoiou. Naquele tempo, já tinha em torno de seis mil pessoas na Barra e pouco mais de três em Araguaiana”.

Com o trecho da entrevista, evidencia-se que enquanto distrito, Barra do Garças já dispunha de quantitativo populacional muito maior que sua sede administrativa, o motivo está na proximidade dos núcleos do garimpo da época (Baliza-GO e Torixoréu-MT), e pela migração ocasionada com a instalação da base

⁵ Informação extraída do site oficial da prefeitura municipal <https://www.araguaiana.mt.gov.br/> e site Coisas de Mato Grosso <http://www.coisasdematogrosso.com.br/cidades/cidade.asp?id=52&cidade=Araguaiana>.

da Fundação Brasil Central em Aragarças-GO, cidade vizinha entre divisa estadual de Mato Grosso e Goiás.

Com a construção das pontes sobre os rios Araguaia e Garças, e abertura da estrada (BR-158) até a atual cidade de Nova Xavantina no período da Fundação Brasil Central (FBC) precisamente entre 1950 e 1958, uma nova dinâmica começa a se configurar; duplamente reforçada pelas políticas públicas de desenvolvimento e modernização do campo pelo Estado Nacional e interesse de empresas privadas beneficiadas pelo Estado. A comunicação também foi elemento que garantiu engajamento do município ao mercado nacional como descrito por Ribeiro (2001).

[...]A implementação de uma rede de comunicação, ligando Barra do Garças ao Estado e Goiás e, conseqüentemente, aos estados de Minas Gerais e São Paulo, de fato, criaram as condições para que na década de 1970, o município pudesse se incorporar ao mercado produtivo nacional (Ribeiro, 2001, p. 34).

Ao retomar as análises para o contexto histórico de formação dessa região, identificamos que a centralidade a qual a cidade de Barra do Garças-MT exerce na mesorregião nordeste de Mato Grosso tem gênese atribuída também de ações políticas locais, advindas por prefeitos que estiveram na gestão pública municipal, a exemplo do já mencionado Antônio Bilego. E para o período pós década de 1980, Valdon Varjão, que atuou como vereador por três vezes, duas vezes prefeito, deputado estadual, suplente a deputado federal, suplente ao senado, e senador.

Valdon Varjão foi também proprietário do cartório de primeiro ofício, e da revista “A Gazita Magazine”, de veiculação regional (extinta no início da década de 1980), condições que somado a sua influência política e interesse em apresentar a cidade para além das delimitações do Centro-Oeste, estabeleceu considerável atração de empresas e indústrias, contribuindo com o crescimento demográfico gradual para o município, e de forma simultânea ao município vizinho Aragarças, bem como no desencadeamento da emancipação e crescimento populacional do município de Pontal do Araguaia, as três sedes juntas formam o Arranjo Populacional (AP) de Barra do Garças conforme IBGE (2018) (tabela 1).

Nesse aspecto da capacidade de intervir na construção do espaço urbano de uma cidade por agentes públicos locais, concordamos com a afirmação:

A importância do poder público municipal se evidencia na sua capacidade de intervenção nos processos que estão na constituição de arranjos espaciais no meio urbano, como força política, social e econômica que atua por meio de investimentos na construção do ambiente e na proposição e implementação de políticas públicas urbanas (Bezerra e Cavalcantie, 2009, p. 220).

Todavia, há também um importante fator a ser colocado nesse aspecto analítico, a caracterização dos lugares pela presença da informação, tecnologia e ciência, ou seja, os lugares que se transformam primeiro em um meio técnico-científico-informacional trazem conseqüências ao processo de urbanização (SANTOS, 2012). Apesar das reflexões do autor tratar da metrópole, podemos num estudo de rede de hierarquia de cidades, para o aspecto da maior centralidade, atribuir tal condição a capacidade social e econômica de criar centralidades.

Tabela 1. Crescimento populacional do Arranjo Populacional (AP)⁶

Sedes dos Municípios	Períodos	População total	Urbana	Rural
Barra do Garças-MT	1952	6.628	1.576	5.052
	1960	12.340	-	-
	1970	16.570	10.116	6.454
	1980	33.601	19.173	14.428
	1991	45.650	41.469	4.182
	2000	52.136	47.159	4.977
	2010	56.560	50.947	5.613
	2022	69.210	-	-
Aragarças-GO	Períodos	População total	Urbana	Rural
	1960	3.022	-	-
	1970	8.301	4.636	3.765
	1980	9.690	5.817	3.873
	1991	13.742	13.192	550
	2000	16.565	16.090	475
	2010	18.305	17.617	688
	2022	18.390	-	-
Pontal do Araguaia-MT ⁷	Períodos	População total	Urbana	Rural
	2000	3.739	3.093	646
	2010	5.395	4.452	943
	2022	6.932	-	-

Fonte: Revista Brasileira de Geografia e IBGE, (1952,1970,1980,1991,2000,2010 e 2022)
Organização/Elaboração: Autores

Por meio dos dados demográficos, compreende-se que os períodos de maior impulso populacional estiveram sobrepostos a fatos políticos e econômicos projetados inicialmente pelo Estado de modo a assegurar posterior reprodução de um sistema econômico, cujo território é a base de sua sustentação. Os anos de 1970 a 1991 reflete o período de maior crescimento populacional, passando posteriormente por um período de recessão, o qual pode ser justificado pelo surgimento de novos municípios na mesorregião pós década de 1990.

No entanto, a década de 1980 marca o processo de urbanização crescente em Barra do Garças, e ao mesmo tempo, a centralização comercial e de serviços (figura 2), impulsionados pelo setor primário da economia com produção da pecuária extensiva e rizicultura, bem como, do setor terciário com comércios e serviços de baixa complexidade.

Figura 1. Rua comercial de Barra do Garças-MT (1979)

⁶ Arranjo Populacional (AP) conceito criado pelo IBGE no estudo de regiões de influência para a rede urbana. “Um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais” (IBGE, 2016, p. 22).

⁷ “Elevado à categoria de município com a denominação de Pontal do Araguaia, pela lei estadual nº 5097, de 20-12-1991 [...] Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Informação retirada do site do IBGE cidades, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pontal-do-araguaia/historico>



Fonte: Acervo Instituto Malba Thania Alves Varjão, 2023

A expansão da fronteira agrícola subsidiada por financiamentos direto do Banco do Brasil e de programas próprios para as áreas de Cerrado, como o Programa de desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PROCEDER), são elementos de impulsão as reestruturações rurais e urbanas no Centro-Oeste. Contudo, Barra do Garças e a mesorregião a qual se encontra localizada sua área de influência passaram por grandes transformações em prol de um desenvolvimento nacional e articulações econômicas regionais. De acordo com escrito extraído da revista Gazita, esses programas federais eram vistos como plataformas econômicas que asseguravam condições a investidores, também conhecidos como “desbravadores da Amazônia”. Como se lê:

Essa sólida plataforma econômica fez com que fosse atraídas as atenções de novos investidores, o que acabou gerando uma verdadeira “corrida do ouro” para o município. Pecuaristas do próprio estado de Mato Grosso, de Goiás, de Minas, de São Paulo e Paraná, visualizaram no Vale do Araguaia, a imagem do “Eldorado” sonhado e não tardou para que imensas somas fossem aplicadas na aquisição de terras que hoje formam espetaculares fazendas gigantes onde é criado o gado de corte, ao lado de plantéis enormes de gado zebu ou de alta linhagem (Varjão, 1979, p. 10).

Sobretudo, a extensão do território de Barra do Garças, que chegou a ter uma área de 221 mil km², o que corresponde hoje ao território de outros 23 (vinte e três) municípios da mesorregião nordeste, deve ser também entendido como um atributo da centralidade, pois, esse fator assegurou sua hierarquia na rede urbana até o período atual. Outro fato importante referente ao contexto da centralidade de Barra do Garças trata-se dos projetos agropecuários assegurados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), haja vista que o município se encontrava dentro do limite estabelecido de Amazônia Legal. O que também foi publicado na revista Gazita:

O município de Barra do Garças concentra o maior número de projetos agropecuários desenvolvidos com incentivos fiscais atribuídos a área de atuação da SUDAM. Não só em número de projetos, como em dimensão de empreendimentos e em importância, [...] os grandes projetos agropecuários da região Amazônica em fase de execução estão no nordeste do estado de Mato Grosso (Varjão, 1979, p. 13).

Estes projetos de colonização tinham como metas atingir a maior produtividade agrícola de arroz de sequeiro, condicionando ao município tornar-se o primeiro no estado de Mato Grosso com maior arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) entre o final de 1970 e meados de 1980. Do mesmo modo, a pecuária de corte obteve números vultosos para a época. De acordo com Ribeiro (2001 p. 47),

[...] a ocupação desses espaços da Amazônia Legal só foi possível graças à política de financiamentos concedidos pelo Programa e distribuição de Terra (PROTERRA), o que permitiu a implantação de projetos de colonização e assentamento de colonos do Sul do país, ou seja, permitiu a efetiva entrada de capital.

E com isso, as atividades agropecuárias atraíram outros setores da economia que assegurassem concentração e reprodução do capital. Além das empresas de serviços em máquinas agrícolas, vendas de automóveis e equipamentos automobilísticos, eletrodomésticos, redes bancárias, hotéis, lojas de produtos para o campo, dentre outros que compõem uma centralização do espaço urbano por intermédio do consumo, instalam-se também as primeiras grandes indústrias no espaço urbano, as quais podemos destacar: Sudanisa-Cia Industrial Alimentos, Tudeleto S/A, Grupo Drury`s-Fiel.

Faz-se necessário ressaltar que, para a garantia da implantação dos programas de desenvolvimento territorial, o Estado geriu seu aparelho com a criação de órgão de gestão e financeirização, com destaque para a “criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)⁸ e seu braço de Financiamento à Indústria” (COSTA, 2000, p. 58), instituída pela Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

Conforme Lefebvre (2001 p.11) “o motor das transformações na sociedade” é o processo de industrialização. Para o autor, este seria um potencial indutor de características da sociedade moderna, enquanto as questões referentes a cidade e ao desenvolvimento urbano classificariam como induzidos. Sendo, portanto, a urbanização induzida pelos processos das revoluções industriais.

Entretanto, é necessário enfatizar que a cidade de Barra do Garças, ou qualquer outra de sua área de influência regional, não tem base econômica sustentada fundamentalmente, pela indústria. Ainda assim, ela foi a primeira cidade da mesorregião com esse tipo de atividade especificamente voltado para o seguimento alimentício e bebidas, implementos agrícolas, retífica e laboratório de bombas injetoras, e construção civil. Atualmente continua sendo a cidade com maior participação no PIB da indústria, e em número de agroindústrias instaladas, embora os serviços e o agronegócio sejam os setores principais de sua economia.

⁸ Instituição financeira do governo federal criado em 20 de junho de 1952, pela lei nº 1.628, com o nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e que passou a se chamar Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em maio de 1982. Informação extraída no site da Fundação Getúlio Vargas; disponível em: <https://www.fgv.br>.

Para Villaça (2001, p. 328) a estrutura interna da cidade “se processa sob o domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda”. Nesta concepção, Spósito (2015, p. 128) apresenta discussão mais recente entendendo o consumo como protagonista de uma diversificação e redefinição de lógicas econômicas que “orientam escolhas espaciais, em múltiplas escalas, tanto quanto as práticas espaciais que cotidianamente, redesenham percursos nos espaços urbanos”.

Fica então compreendido que os interesses econômicos condicionados social e politicamente a partir de um modelo vigente de sistema que visa lucro e produtividade são forças mediadoras difusas e impulsoras das transformações espaciais e, portanto, criadora de reestruturações urbanas e regionais. As ações praticadas a partir de um ideário do desenvolvimento não elimina as desigualdades estruturalmente projetadas no processo de produção socioespacial, nem mesmo com os avanços tecnológicos conforme destacado:

[...] a importância crescente da reestruturação tecnológica e setorial não eliminou a exploração do desenvolvimento geograficamente desigual como fonte de manutenção dos superlucros. Tampouco reduziu a importância política e econômica da espacialidade da vida social. (Soja, 1993, p. 209).

Assim sendo, ao tempo que realizamos as análises de uma centralidade induzida como princípio de produção do espaço da cidade que se reestrutura pelo comando da produção capitalista, também entendemos que a dimensão da centralidade da cidade é articulada numa escala geográfica regional, ou seja, no interurbano. E esse processo tem duas variáveis fundamentais que na nossa concepção são determinantes: a) a divisão territorial do trabalho e especializações produtivas; b) a periodização e nível de urbanização na hierarquia de cidades.

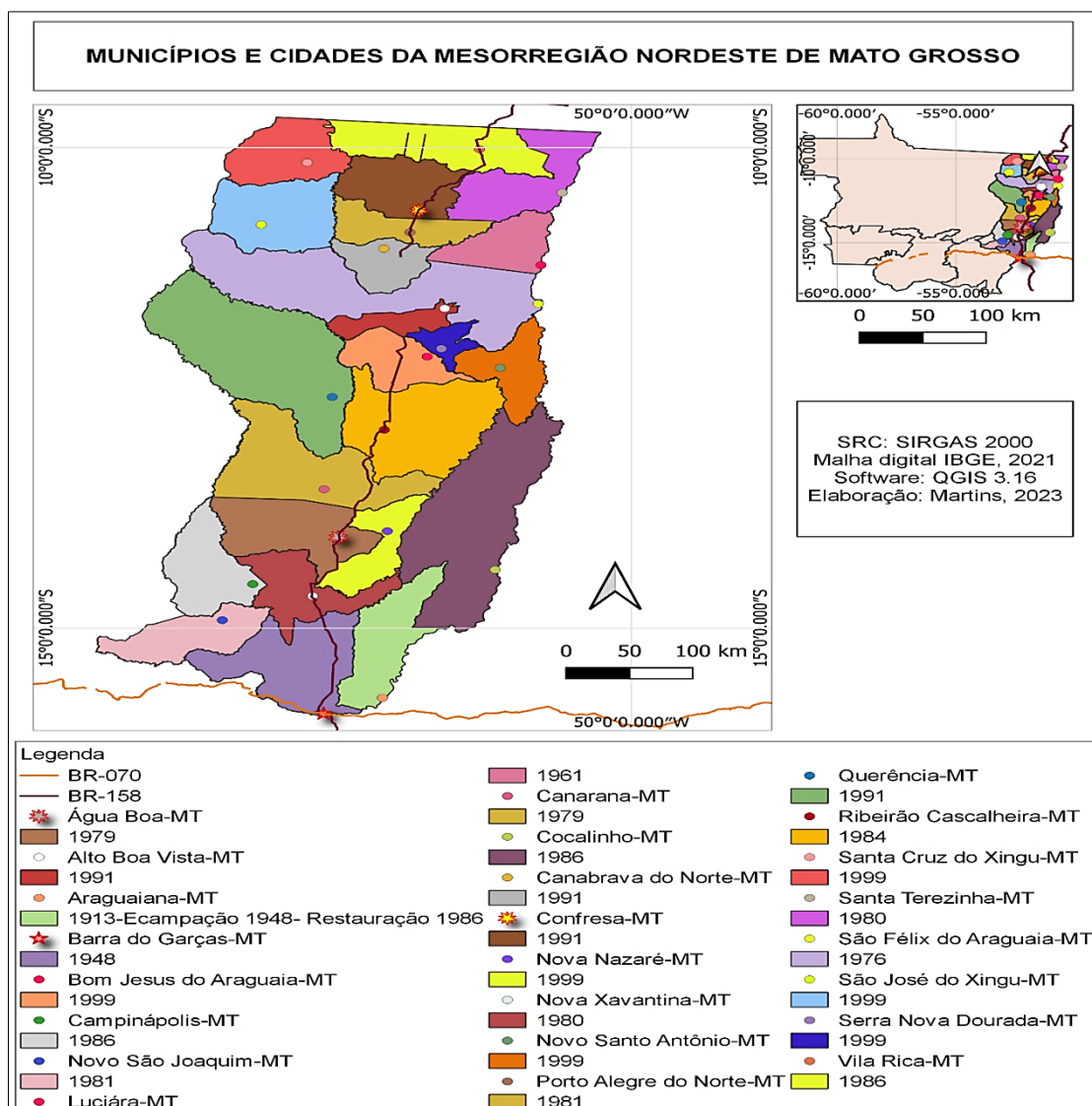
A centralidade interurbana de Barra do Garças assenta-se, portanto, pelo ordenamento do território regional e articulações desencadeadas por atividades econômicas e políticas públicas espaciais⁹ desenvolvidas ao longo do processo de formação e (re)estruturação territorial, condicionante da configuração da rede urbana em curso, uma vez que ainda não se consolidou. Nesse viés é reconhecido que

centro e centralidade são objetos estruturadores das cidades e das redes, passam por fortes modificações no desenvolvimento de processos de reestruturação urbana, quando se alteram as concentrações espaciais e os fluxos urbanos para atender as demandas das atividades de diferentes agentes sociais (Maia et al, 2017, p. 13).

Dessa maneira, a mesorregião nordeste de Mato Grosso começa a apresentar uma configuração na rede de cidades a partir dos centros mais “importantes”, ou de maior dinamismo na escala interurbana num ritmo mais intenso e articulado, após a década de 1980 com o desmembramento de novos territórios (figura 3).

Mapa 2. Distribuição territorial municípios e cidades da mesorregião nordeste-MT

⁹ (STEINBERGER, 2013). Pela compreensão de que toda política pública seja ela classificada como: setorial, econômica e social correspondem a uma política pública espacial, pois, sua reação se dá pelo espaço geográfico; e sua realização se dá através do território e seus diversos agentes e atores como apontado pela autora.



Fonte: Organizado pelos autores, 2024 (IBGE, 2021)

O nível da centralidade regional por sua vez, pode ser observado pelo aumento dos estabelecimentos urbanos públicos e privados. Estes que se tornam elementos de (re)estruturação urbano e regional na configuração da rede urbana. Uma cidade tem centralidade “construída espaço-temporalmente, fazendo-se a partir de um processo que envolveu diferentes etapas e foi marcado por interações ou articulações estabelecidas em diferentes escalas espaciais” (Calixto, 2019, p.17). Cabe então trazer mais uma questão para reflexão, qual(is) o(s) meio(s) gerador(es) de interações e articulações espaciais? Há forças indutoras resultantes da produção social do espaço, de modo que “à lógica capitalista passa a se apropriar da centralidade para sua estratégia de expansão” (GASPARI e Da SILVA, 2018, p. 10).

Diante do ordenamento territorial da mesorregião nordeste de Mato Grosso, identificamos que os centros de influência regional (REGIC, 2018), são: Barra do Garças (emancipado em 1948), Água Boa (emancipado em 1979) e Confresa/Vila Rica (emancipado em 1991/1986). Estes têm suas sedes de município “cortados” pela rodovia BR-158. Correspondem aos centros urbanos mais importantes dentro de uma economia política da cidade¹⁰, e ao mesmo tempo, de uma economia

¹⁰ “Forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade” (SANTOS, 2012, p. 114).

política da urbanização¹¹ (SANTOS, 2012), e dispõem de áreas territoriais significativas, voltadas para o agronegócio. Nesse trajeto rodoviário também é importante observar as distâncias entre estes centros numa distribuição da extensão do território regional, devendo ser entendido como um configurador do sistema urbano junto da especialização produtiva do campo. A cidade de Querência (emancipada em 1991), por exemplo, dentre as mencionadas, foi a que mais teve crescimento populacional nos últimos 12 anos conforme (IBGE, 2023).

A urbanização, na sua combinação de fatores, é um fenômeno que evolui com as técnicas e se intensifica com a industrialização mesmo que as instalações industriais não estejam fixas em um determinado município que se urbaniza. Para Santos (2008) somente as redes ferroviárias e rodoviárias não são suficientes para a unificação do território, estas serviram para o escoamento da produção primária com extração de minérios e desenvolvimento da agricultura para exportação. Somente com o mecanismo de distribuição dos produtos manufaturados de regiões mais avançadas para as outras garantiu o pleno desenvolvimento das relações do ponto de vista da hierarquia urbana. Assim, “Somente a industrialização impõe a criação de verdadeiras redes” (SANTOS, 2008 p. 287).

Importante destacar que as atividades voltadas ao agronegócio também têm proporcionado dinâmicas urbanizadoras, principalmente em cidades médias da região Centro-Oeste do Brasil. Assim, “a geografização da urbanização nos dá o padrão de distribuição das cidades, a forma da sua rede urbana, como do ‘perfil urbano’ de um país, isto é, o tamanho respectivo das cidades dentro de um sistema” (SANTOS, 2005, p.57 - grifo nosso).

Ao apontar as ocorrências sequenciadas do sistema urbano, em específico da rede urbana, discute-se a respeito da centralidade criada na cidade. Haja vista que, as (re)estruturações urbanas e da cidade (SPÓSITO 2015) demandam de componentes estruturadores ditados a partir de interesses múltiplos e de ações estratégicas de atores, que são provedores de fluxos que se apresentam simultaneamente nas várias escalas territoriais se interconectando.

A CONCENTRAÇÃO DOS FIXOS E A MEDIAÇÃO DOS FLUXOS NA PROJEÇÃO DA CENTRALIDADE INTRAURBANA E INTERUBANA

A cidade de Barra do Garças, como já mencionado na seção anterior, foi a primeira cidade da mesorregião de estudo a dispor de comércios que foram se diversificando à medida que ocorria o aumento de suas instalações. Nesse processo ocorria a centralização dos estabelecimentos públicos e privados, nos vários seguimentos do terciário, serviços especializados (principalmente para as atividades do campo), escritórios de contabilidade e advocacia, instituições governamentais (federais e estaduais), estabelecimentos de saúde (clínicas, laboratórios, consultórios odontológicos e hospitais), e na educação (escolas, anexo da universidade federal de Mato Grosso e posteriormente as faculdades privadas).

É válido enfatizar que estabelecimentos públicos federais como Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal (PF), Ministério da Fazenda (MF), Receita Federal (RF), Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), agência do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), Fundação Nacional do Índio

¹¹ [...] que levaria em conta uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um país” (*Ibidem*).

(FUNAI), unidade técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Fundação Nacional de Saúde (FUNSA), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), são fixos que ocasionam atração aos deslocamentos de pessoas de outros municípios da mesorregião de estudo como da mesorregião sudeste, tornando a cidade um ponto nodal de acesso aos serviços correspondente a competência desses órgãos.

A localização dessas instituições no tecido urbano de Barra do Garças deve-se a posição geográfica desta cidade em relação ao território de Mato Grosso, bem como pelas distâncias entre as cidades que compõem a mesorregião nordeste e a capital Cuiabá. A circulação é realizada expressivamente por vias terrestres e a principal via pavimentada (BR-158) coloca a cidade de Barra do Garças em ligação direta com os demais centros da mesorregião nordeste, e vice-versa. Tendo em vista que, a reserva indígena do Xingu (a Oeste) atua como um elemento que separa a rede técnica de transporte por estradas vicinais mais próximas entre as mesorregiões nordeste e norte mato-grossense. Já na porção (leste) direção ao estado de Goiás, a falta de melhorias e pavimentação de estradas ainda são impedimentos para uma nova rota de fluxos, apesar da finalização das pontes interligando a MT- 100 e MT- 326 a GO-454, em 2017, e da BR-080 conectando o município de São Miguel-GO, a porção norte do município de Cocalinho-MT.

Deste modo, a população residente na mesorregião nordeste que precisar de serviços especializados não ofertados pelos centros imediatos, deslocar-se-ão para Barra do Garças, Cuiabá ou Goiânia. De toda forma, o fluxo de deslocamento passará por Barra do Garças devido a rota de conexão entre as duas principais capitais metropolitanas. Do mesmo modo, para aqueles que saem de estados como Goiás, Tocantins, Minas Gerais e mesmo São Paulo em direção ao Mato Grosso ou sua capital, tem como rota de passagem Barra do Garças. Essa condição territorial e política, garantiu concentração de fixos urbanos que condicionaram sua polarização e hierarquia na rede urbana ao longo do tempo.

Ao tratar da cidade como um fator de socialização capitalista Santos (2012, p.118), afirma que “a concentração reduz o custo dos investimentos em infraestrutura, gera economias externas e de escala e diminui os custos de transportes e comunicações, tudo isso permitindo ampliar a escala do mercado”. Esclarece ainda que as concentrações ocorrem com esforço coletivo, através de contribuições sociais extraídos dos processos produtivos. Ou seja, há uma transferência de recursos financeiros de uma população para algumas pessoas ou firmas com a “créditização” de atividades produtivas na cidade por meio dos fundos de financiamentos, a exemplo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). O mesmo ocorre no campo, porém, quando voltado para a produção de *commodities* a financeirização toma outras proporções asseguradas com linhas de crédito ofertadas pelos bancos como: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e BNDS. Portanto, nesse processo de centralização trazido para a cidade, o Estado torna-se o motor de desigualdades já que estabelece um processo seletivo de atores econômicos.

Conforme Corrêa (2010), os centros urbanos na hierarquia de rede, trazido por ele como localidades centrais, desempenham dois papéis que se complementam, sendo: a acumulação capitalista e a reprodução das classes sociais. Contudo, estudos mais recentes apontam alterações referentes a distribuição das cidades na hierarquia urbana dado a evolução econômica de três atividades, sendo: ampliação do agronegócio, aumento da extração mineral e beneficiamento industrial primário desses recursos.

Nesse sentido, o fenômeno urbano é entendido “Como forma que transforma [...] des-estrutura e re-estrutura seus elementos, as mensagens e códigos egressos do industrial e do agrário” (Lefebvre, 2002 p. 159). O modo como os elementos do processo urbano se coloca no espaço das cidades, estão atribuídas as alterações ocasionadas pelos setores da economia sobre o território brasileiro. Segundo Spósito (2015), essa configuração desencadeia seis acontecimentos dos quais apenas dois serão especificados, por direcionar o tema que é apresentando nesse texto:

1-a desconcentração espacial da atividade industrial e a ampliação da cobertura espacial dos grandes capitais comerciais e de serviços reforçam os papéis das cidades que estão nos extratos intermediários do sistema urbano; 2-novas áreas de ocupação pelo agronegócio precisam pouco de cidades pequenas, reforçando ou redefinindo papéis de cidades de porte médio, e compondo redes urbanas regionais rarefeitas; (Spósito, 2015, 127).

Nos dois contextos expostos pela autora, identificamos interesses especulativos de firmas nacionais e transnacionais que são implicadas, de acordo com Santos (2012), por uma “nova divisão internacional do trabalho e que o uso capitalista do território passa a exigir investimentos vultosos em capital fixo”. Os quais as despesas requeridas para tal feito são em maior proporção aplicadas pelo Governo Federal, uma vez que os governos estaduais e municipais dispõem de pouca capacidade para realizá-las.

Contudo, ao partirmos para um olhar sobre o espaço construído, sendo este a cidade, entendemos que a concentração de objetos e ações foram historicamente agregando formas resultantes de uma divisão do trabalho pretérita e ao mesmo tempo novas reconfigurações que redistribuem funções ordenadas pelo território da cidade e da sua região, sempre exigindo um novo arranjo espacial. Entretanto, estes sempre dependem de decisões políticas, cujo papel na economia política cabe em diferentes níveis aos atores do jogo político.

Nessa configuração do espaço urbano o “capital geral e capitais particulares”¹² são componentes geradores de seletividades e, portanto, de desigualdades do espaço urbano e no uso do solo da cidade. E por outro lado, atendendo a um sistema de mercado externo atribuem na produção territorial da cidade centros especializados, formados a partir da concentração de estabelecimentos diversos. Tais estabelecimentos se instalam, ou seja, fixam-se no território da cidade para atender as variadas necessidades de consumo.

A cidade de Barra do Garças também pelo seu contexto histórico e socioespacial de configuração territorial apresenta atualmente maior capacidade de oferta de estabelecimentos especializados, no comércio varejista, serviços de assistência técnica e principalmente nos seguimentos de educação e saúde. Esta condição a concentração está, portanto, manifestada por meio dos fixos no espaço urbano, conforme (figura 2).

Essa concentração se dá no centro da cidade ou nos seus subcentros enquanto uma expressão da forma urbana. Por isso que o centro é entendido como uma localidade, um nó dos variados movimentos existentes, onde o uso do solo representa a expressividade de poder administrativo, gestão dos negócios, e da política de decisões, etc. É no centro que existe a intensa concentração de pessoas, dos produtos, dos fluxos e da diversidade.

¹² Ver em Santos (2012, p.129) Questões de planejamento I: Capital Geral e Capitais particulares.

Figura 2. Símbolos representativos de rede de empresas nacionais



Fonte: Acervo, (autores, 2023)

Ao observarmos as materialidades urbanas, os símbolos e marcas nos revelam não só as funcionalidades e tipos de uso do solo urbano, mas a dinamicidade de fluxos, uma vez que determinadas empresas, principalmente as filiais de redes nacionais ou multinacionais estabelecem critérios políticos e estudos sobre dados demográficos, de renda média salarial, de população ativa, de capacidade tecnológica aplicada a fluidez de circulação e comunicação, assim como, de benefícios assegurados pelo poder público municipal e estadual (dependendo do tipo empresarial) para sua instalação.

Dentre outras empresas que estão instaladas em novas áreas de expansão do atual centro comercial, a exemplo das concessionárias Toyota, Chevrolet, Fiat, Mercedes Benz, Honda, Yamaha etc., optamos por selecionar algumas das empresas que nas suas dinâmicas próprias de mercado direcionam também o acesso ao consumo de camadas da população de menor poder aquisitivo. Mas, que agregam fluidez aos fluxos contínuos de pessoas e do capital. Lojas como Martinello, Magazine Luiza (imagem A), e Casas Bahia (B) atuam no atual período mercadológico como verdadeiras “vitrines” de uma ampla rede em que os produtos são comprados por meio da internet, denominado *e-commerce*. Ocorre que esses espaços fixos na cidade, dispõem de poucos produtos a pronta entrega, e às vezes há falta de outros no próprio estoque de amostra ao cliente, uma vez que o modelo é o do sistema flexível, atender conforme a demanda de procura, logo, os produtos passam por processos de circulação matriz-filial, filial-filial, ou mesmo, indústria-filial.

Nem por isso as desconcentrações se enfraquecem. A concentração dessas empresas pela necessidade da exposição visual das marcas respectivamente no espaço da cidade, caso exemplificado a partir das imagens (C) e (D), criam num

período de tempo reestruturações comandadas pela própria lógica de acumulação do capital, ao estabelecerem condições de fluxo de mercadorias, de custos maiores em determinadas localidades e, principalmente, por impulsionar o consumo por meio de linhas de “crédito-compra”, ou seja, são oferecidos por estas empresas em parcerias com bancos multinacionais, cartões de crédito, meios pelos quais as instituições financeiras se utilizam de empréstimos para pagamentos eletrônicos.

Estes fluxos, ao se estabelecerem e se intensificarem no sistema de mediação social, terminam por não permitir observar separadamente os momentos cotidianos, assim como dificultam a própria apreensão da intensidade das suas expropriações para o homem e reapropriações pelo capital (Oliveira Junior, 2008, p. 218).

Compreendemos que quanto maior o potencial de concentração das atividades comerciais e de serviços numa cidade, mais se intensificam os fluxos e a estruturação espacial. Conforme Whintacker (2007, p.6), “a morfologia da cidade possui correlações com o desenho da rede urbana e não se trata de característica exclusiva do atual momento da urbanização”. Assim, os fluxos são componentes complementares a existência dos fixos, pois, as conexões em rede ocorrem pelos fluxos, de energia, comunicação, transporte/circulação, de pessoas, do capital etc.

Esses estabelecimentos comerciais estão localizados nas áreas centrais da cidade. Barra do Garças, no processo de crescimento do tecido urbano, expande o centro antigo (conforme representado no mapa da seção anterior) para outras principais ruas coletoras e arterial, onde encontram-se instalados os diversos componentes de serviços, comércios, laboratórios de média complexidade e clínicas especializadas. Um importante fator que acarreta a dinamicidade desse urbano é a situação físico-territorial e de formação das sedes municipais (Barra do Garças-MT, Aragarças-GO, e Pontal do Araguaia-MT) em ordem de emancipação. Existe neste recorte de estudo um arranjo espacial de intensa interação espacial, que é assegurada pela ordem de divisas e limites entre unidades federativas (Mato Grosso e Goiás).

Entretanto, a configuração da centralidade intraurbana e interurbana de Barra do Garças-MT foi e continua sendo assegurada em grande proporção pelo deslocamento de população provenientes de cidades do entorno, em um raio de distância para os dois estados, de no máximo 150km, sendo: Araguaiana-MT (distância de 40km), Pontal do Araguaia (aglomerado urbano à Barra do Garças-distância correspondente a largura do rio Garças, aproximadamente 200m), Torixoréu-MT (distância de 50km), General Carneiro 60 km), Ribeirãozinho-MT (110km), Ponte Branca-MT (distância de 147km). Já no estado de Goiás, tem-se: Aragarças (compõe o aglomerado urbano - distância de travessia dos rios Araguaia e Garças, aproximadamente 1km), Baliza (distância de 56km), Bom Jardim de Goiás (distância de 53km), Piranhas (distância de 88km), e Montes Claros de Goiás (distância de 110km). Estas são os centros que buscam Barra do Garças no contexto de uma região geográfica imediata. Porém, para a mesorregião nordeste, esse deslocamento ocorre no âmbito de centro intermediário para serviços de média complexidade em saúde (figura 3) e educação.

Conforme dados extraídos do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) pelo portal do governo brasileiro, a cidade de Barra do Garças dispõe até o mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, de cento e trinta e dois (132) estabelecimentos empresariais de serviços de saúde no seguimento privado. Dentre as especificidades estão centros de odontologia, conforme imagem (E), laboratórios de exames clínicos (F), clínicas especializadas em urologia (G). São elencados

ainda, clínicas de neurologia e neurocirurgia, oftalmologia, pediatria, fonoaudiologia, cardiologia, psiquiatria, fisioterapia, ultrassonografia, de cirurgia plástica, de cirurgia vascular, radiologia, nefrologia, cirurgia facial, diagnóstico por imagens etc.

Ao pesquisar sobre os proprietários de algumas destas empresas, os sobrenomes remetem a descendentes da elite pretérita pioneira e proprietários de terras rurais no município e região. Então inferimos que a localização desses fixos voltados para serviços de saúde muito se deve às condições de aquisição de terrenos em períodos e por atores diferentes num processo de expansão do tecido urbano. Com os novos usos do solo urbano, ou implantação de novos elementos de especialização, cria-se a partir do centro em expansão o fenômeno da reestruturação intraurbana.

Figura 3. Estabelecimentos de saúde em Barra do Garças-MT



Fonte: acervo dos autores, 2023

É válido também trazer enquanto reflexão que a menor distância da capital de Goiás (Goiânia) em relação a capital Cuiabá, é um determinante de maior presença e permanência de empresas nesta cidade mato-grossense. Uma vez que há facilidade de circulação e transportes para a distribuição de produtos que são encontrados apenas em metrópoles com os atributos de Goiânia ou superior.

Portanto, os estabelecimentos em atendimento ao Sistema Único de Saúde sejam no atendimento à população do município ou regional (especificamente pelos consórcios intermunicipais) totalizam um quantitativo de sessenta unidades dentre Unidades Básicas de Saúde, laboratórios, Unidade de Pronto Atendimento, Hospital e Centros de fisioterapia, odontologia, psicologia, radiografia etc.

É relevante a importância dessa concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços de saúde na atração de outros, bem como na composição da centralidade urbana e seus níveis de dimensão regional. Para Bueno (2016, p.4),

o essencial do urbano é a centralidade, a qual, por exigir um conteúdo, acaba por ser o sentido do espaço-tempo citadino [...] a cidade centraliza as criações e as produções, pois nada existe sem relações – troca, aproximação, distanciamento. O poder inerente ao contexto citadino e o urbano realizado na cidade propiciam a construção de uma centralidade, para onde convergem os acontecimentos dos fazeres diários (Bueno, 2016, p. 4).

Trata-se, todavia, de uma sociedade urbana capitalista (Lefebvre, 2002) cujo a realidade social é completamente modificada pelos usos e consumos. Mas essas modificações não alteraram a essência e o papel da cidade enquanto centro de acumulação do dinheiro e de enormes riquezas representados pelos objetos, e concentradas em grupos específicos sendo: comerciantes e proprietários de terras rurais. Tal análise assegura o pensamento de Bezerra e Cavalcante (2009 p. 239) de que na formação e transformação da centralidade intraurbana se sustenta “processos contraditórios e contenciosos”.

Para as autoras, a centralidade urbana tem seu processo de formação e transformação fortemente assegurada pela atuação do poder público municipal por intermédio de instrumentos legisladores (Plano Diretor) que regimentam o ordenamento territorial para a produção do espaço urbano. Contudo, tratando-se de uma estrutura do poder, suas ações tornam-se comprometidas por um processo político. Dessa forma,

os Planos Diretores têm um papel relevante em elementos formadores da centralidade intraurbana, na concentração de atividades e na acessibilidade [...] ao reconhecer o papel desse instrumento, faz-se necessário entender que, em sua formulação e, na sua implementação, outros fatores concorrem para que seu desempenho na formação de centralidades não seja efetivo (Bezerra e Cavalcante, 2009, p. 239).

Nessa linha de raciocínio geográfico, percebe-se que as concentrações de estabelecimentos voltados ao consumo determinam um movimento na vida cotidiana daqueles que vivem na cidade intermediária ou grande cidade (dispondo de suas forças de trabalho para a continuidade de sua produção), e dos que dela necessitam para atender demandas não disponíveis em cidades de menor concentração de estabelecimentos. Carlos (2019, p. 462-463) ao trazer uma análise sobre o cotidiano sustentada em Lefebvre (1961), afirma que:

O cotidiano aparece como exigência da explicação do momento histórico em que, para continuar se reproduzindo, o capitalismo precisa superar sua fase crítica ampliando a multiplicidade de objetos de consumo de todos os tipos, o que faz subsumindo todos os espaços-tempos da vida cotidiana à lógica do capital [...] Assim, o cotidiano – como realidade e como categoria de análise – aparece como exigência do capitalismo no processo de reprodução da sociedade, num determinado momento da história ligando-se à produção do urbano. Nessa direção, o cotidiano aparece como nível da análise no qual se estabelece o neocapitalismo, já que é o lugar

onde se reproduzem as relações sociais para além do lugar do trabalho, ganhando a sociedade inteira, bem como o espaço inteiro.

Entretanto, “segue-se que a “sociedade” no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações, tende a se constituir em rede de cidade” (Lefebvre, 2002, p.13). Realizada por intermédio de uma divisão do trabalho sustentada pelas técnicas, pela divisão social do trabalho, e por uma política de manutenção econômica.

Barra do Garças atua como eixo de integração do estado de Mato Grosso, e sua centralidade corresponde a intensidade dos seus atrativos e atividades ofertadas, a qual se apresenta de modo desigual e combinada em relação aos outros centros regionais, como na escala nacional. A composição desigual de tempo e de atribuição de sistemas técnicos-científicos-informacionais sobre o território e região, são também ações combinadas, uma consequência da globalização. Pois, “tanto o espaço quanto o tempo, estão sendo transformados sobre o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação, das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica” (Castells, 1999, p. 467).

Sobretudo, existe nesse lugar-cidade relações de favorecimento na composição socioespacial em detrimento de outros na mesorregião nordeste de Mato Grosso, e, portanto, na sub-rede urbana. Desse modo, a centralização desse espaço foi e continua sendo determinado em maior proporção, por ações de agentes hegemônicos, nacionais e internacionais.

PONDERAÇÕES PARA CONTINUIDADE DO DIÁLOGO

Entende-se que o espaço geográfico em seu movimento dialético está constantemente mediado por algum tipo de força. E assim sendo, desencadeia aos elementos existentes induções constantes, que são reforçados por uma determinação social no decorrer dos processos criadores das formas e conteúdos. Em outras palavras, o que determina uma sociedade são seus interesses, ideologias, necessidades. Assim as cidades enquanto espaços construídos se fizeram pela transformação da natureza passando a ser um produto de valor, intensificado tais condições após as revoluções industriais. Esse valor é determinado pelo uso do solo, pelos equipamentos públicos disponíveis, pela infraestrutura adequada, por sua posição geográfica em relação a disposição de rede de fluxos, pela sua capacidade de oferecer bens e serviços essenciais.

Considerando a realidade de Barra do Garças-MT, a centralidade intraurbana e principalmente interurbana enquanto componente da urbanização, não está associado apenas a localização do centro e a quantidade dos componentes comerciais e de serviços existentes, mas, pela intensidade dos movimentos gerados pelos deslocamentos de pessoas, capitais e produtos, resultantes não somente da funcionalidade atribuída, mas de um conjunto de fatores e interesses que partiram das condições espaciais, da necessidade de articulação regional para a reprodução do capital gestados, concomitantemente, por dois aspectos de base social ou instâncias, como prefere Santos (2005), o político e o econômico.

Portanto, é necessário pensar a centralidade interurbana construída a partir de ações políticas e econômicas de atores sociais que controlam toda uma dinâmica de uso e produção de territórios. Haja vista que são atores que promovem interações, tanto na dimensão interna da cidade quanto em âmbito regional, fazendo eclodir indução de centralidades que se manifestam em níveis diferenciais, desiguais

e contraditórios, assegurando desenvolvimentos regionais, bem como articulações que se dão quase sempre ou em maior proporção a partir dos centros polarizadores.

O que se põem enquanto análise e proposta reflexiva são as condições pelas quais uma centralidade torna-se induzida no contexto intraurbano e, pelas relações interurbanas na composição de uma rede urbana. Assim algumas inquietações são deixadas de modo a alavancar o debate sobre a composição de determinadas centralidades como: Por que há a perda de centralidade de um centro ou cidade em prol de outro em determinado período? Quais os motivos de surgirem expressivo quantitativo de cidades médias com centralidades em dimensões proporcionais, as quais tomam a competitividade como fator de impulsão regional?

Há sempre um determinante que é movido por ações e decisões sociais, um ou mais atores em prol de um planejamento de desenvolvimento regional, acompanhado por políticas públicas. De modo que a reprodução do capital se utiliza dos espaços da cidade e dos investimentos já postos, ou lhes asseguram novos investimentos que ao serem instalados reforçam as centralidades que já existiam, e com isso, potencializam a reprodução de novos valores como uma consequência imposta pelo acelerado tempo de mercado, ou seja, da necessidade hegemônica de adquirir retorno financeiro em menor tempo.

No entanto, cada vez mais as novas centralidades estão se incorporando de equipamentos e ou estabelecimentos que podem garantir e acender padrões e necessidade de consumo que contribuam com a atual conjuntura da reprodução do capital seguramente mantidos pela intensidade dos fluxos, seja em sua estrutura material ou imaterial. O que nos estimula a entender que centralidade induzida pode ser uma expressão a ser utilizada quando a análise parte pelo modo como os processos se deram e continuam a ocorrer mediante ações estratégicas de atores que decidem as superestruturas.

Mesmo sendo estas superestruturas instâncias criadas pelas diferentes classes sociais, há um predomínio do poder de decisão daqueles que detém o controle do capital, e com isso condicionam (re)estruturação do espaço e dos territórios voltados a interesses específicos, nem sempre sobrepostos em suas dimensões políticas, econômicas, sociais ou ambientais. De forma que, a presença de elementos criadores de centralidades começa a aparecer enquanto infraestruturas para a projeção de uma determinada cidade regional intermediária (média), que também aparece sustentada por uma proposta de planejamento que assegure a nível nacional, melhor distribuição demográfica e (re)estruturação econômica. Atribuindo novas dinâmicas funcionais para as cidades, principalmente, médias e pequenas na rede urbana regional.

REFERÊNCIAS

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho. Centralidade interurbana: uma abordagem conceitual. *In: Revista Equador*, (UFPI), Vol. 5, Nº 5, p.71 – 93, 2016. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador> . Acesso em: 06 de maio de 2023.

BERNADES, Cláudio. Indução do adensamento nos municípios depende da ação do poder público. *In: Jornal Estadão*, 26 de abril, 2023. Disponível em: <https://summitimobiliario.com.br/wp-content/uploads/2023/04/26.04-caderno-summit-imobiliario.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; Cavalcante, Cládia Varizo. O plano diretor e os elementos formadores de novas centralidades intraurbana. *In: Ci. & Tróp.*, Recife, v.33, n.2, p.219-241, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/851>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. *In: Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. O processo de consolidação da centralidade regional de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 3, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/159878>, acesso em: 15 de agosto de 2022.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. Editora: Paz e Terra; 4ª ed. São Paulo, 1999.

COUTO, Ronaldo. Filho explica por que ex-prefeito mudou a sede de Araguaiana para Barra. *In: Olhar direto*. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=339386¬icia=filho-explica-porque-ex-prefeito-mudou-a-sede-de-araguaiana-para-barra>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 4ª edição, Editora: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2010.

GASPARI, Gustavo Domingues; DA SILVA, Madianita Nunes. Centralidade e a cidade contemporânea: reflexões para pensar o direito à cidade na produção da metrópole. *In: Revista PerCursos*, v. 19, n.40, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/>, acesso em: 31 de agosto de 2022.

HANSENPFUG, Dieter. Sobre Centralidade Urbana. *In: Revista em Vitruvius*. Tradução de Adriana Gondran Carvalho da Silva, 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235>, acesso em 29 de agosto de 2022.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 08 de agosto 2020.

FIBGE. **Censo Demográfico de 1960**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. V.1 Tomo XVIII. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=768&view=detalhes%3E>

FIBGE. Censo Demográfico de 1970. VIII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. V.1 Tomo XXIII. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>

IBGE **Censo demográfico**: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade 1 Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1982-1983. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=772&view=detalhes>

IBGE. **Censo demográfico 1991**: resultados preliminares I Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=222894&view=detalhes>

IBGE. **Censo demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=publicacoes>

IBGE. **Cidades**. Sistema de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente aos municípios brasileiros. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 1999, Trad. Sérgio Martins. Editora: UFMG, Belo Horizonte, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Editora: Centauro, São Paulo, 2001.

MAIA, Doralice Sátyro; SILVA, Willian Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. Centro e centralidades nas cidades médias: os caminhos de uma pesquisa. *In*: MAIA, Doralice Sátyro; SILVA, Willian Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. **Centro e centralidade em cidades médias**. 1 ed. Editora: Cultura Acadêmica; São Paulo, 2017.

MELLO, J. A. V. B., MELLO, A. J. R., Orrioco F., R. D. (2016), Centralidade baseada em deslocamentos e seus reflexos sobre a estrutura monopolocêntrica da região metropolitana do Rio de Janeiro *In*: **Investigaciones Geográficas**, Boletín, núm. 89, Instituto de Geografía, UNAM, México, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0188461116300231>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

OLIVEIRA JR, Gilberto. Centro e Novas Expressões de Centralidade em Cidades Médias: as respostas do centro tradicional da redefinição do velho. *In*: **Boletim de Geografia** V. 29, n. 1 Maringá, 2011. Disponível em: http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/033-gilberto-oliveira.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

OLIVEIRA JR, Gilberto. Redefinição da centralidade urbana em cidades médias. *In*: **Sociedade & Natureza**, V. 20 n. 1, Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/gbSqpV54VmFSTPGHc3kqPmz/?format=pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. **O migrante e a cidade: dilemas e conflitos**. Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. Editora: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2ª ed. 1ª Reimpr. Editora: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**; 3ª edição, 1ª reimpressão, Editora: Da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Willian Ribeiro da. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. *In: Revista Formação* (online) Unesp, v. 1, n 8; 2001. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1209>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação Geográfica: do método a metodologia. *In: Revista Território*, ano IV nº 6, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/>, acesso em: 02/09/2022.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução: 2ª edição- Vera Ribeiro. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. Editora: Contexto, São Paulo, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. *In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João, MATTOS, Regina Célia de. Desafios da metropolização do espaço*. 1ª ed. Editora: Consequência, Rio de Janeiro, 2015.

VARJÃO, Valdon, **Revista Gazita Magazine**. (coletânea impressa de acervo pessoal), Gráfica de propriedade do autor, Barra do Garças-MT, 1978-1979.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Editora: EDUFBA e EDITUS; 2ª edição, Salvador, 2012.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. Editora: Stúdio Novel/FAPESP; São Paulo, 2001.

WHITACKER, Arthur Magon. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. *In: Scripta Nova*. Universidad de Barcelona, vol. XI, núm. 245; 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24524>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

ⁱ Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida para a realização da pesquisa de doutorado.